



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**



ATA DA 2ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA 2019

Ata da 2ª Reunião de Avaliação da Estratégia 2019, realizada no dia 09 de agosto de 2019, às 10 horas, na Sala de Sessões do Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sob a organização da Coordenadoria de Gestão Estratégica.

1. PARTICIPANTES

Lista de participantes anexa.

2. PROGRAMAÇÃO

- Planejamento Estratégico TRT6 2015-2020
- Metas Nacionais do Poder Judiciário
- Planejamento Estratégico de TIC

3. APRESENTAÇÃO / DISCUSSÃO DA PAUTA

Assunto:
ABERTURA DA REUNIÃO

Responsável:
**Desembargador Presidente
Valdir José Silva de Carvalho**

O Desembargador Presidente Valdir Carvalho iniciou a Reunião com cordiais cumprimentos a todos os presentes.

Assunto:
APRESENTAÇÃO

Responsável:
**Elisabete Duarte de Sousa Alves
Coordenadora de Gestão Estratégica**

Iniciando a Reunião de Avaliação da Estratégia, a Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, informou que a reunião tem como principal objetivo acompanhar a implementação da estratégia por meio do monitoramento dos indicadores, metas e iniciativas constantes do Planejamento Estratégico Institucional.

A realização da reunião é prevista na Resolução 198 do CNJ, que instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, na Resolução 145 do CSJT, que institui o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e na Resolução Administrativa TRT6 25/2014 que institui o Plano Estratégico do TRT6 para o período 2015-2020 e determina a realização das Reuniões de Avaliação da Estratégia. Sendo ainda, um dos critérios para pontuação no Prêmio Qualidade CNJ que pontua a realização de Reuniões de Avaliação da Estratégia, e



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

atende as Boas Práticas de governança indicadas pelo TCU e avaliadas nos Levantamentos de Governança.

Em seguida, destacou que na reunião serão apresentados os resultados parciais do TRT6 em 2019, considerando o período de janeiro a junho, referentes ao acompanhamento do Plano Estratégico TRT6, além das Metas Nacionais do Poder Judiciário e do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC).

Assunto:
**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TRT6
2015-2020**

Responsável:
Elisabete Duarte de Sousa Alves
Coordenadora de Gestão Estratégica
Luiz Eduardo Moura de Oliveira
Chefe da Seção de Acompanhamento
e Controle Estatístico

A Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, iniciou a apresentação do Planejamento Estratégico do TRT6, ressaltando o alinhamento ao Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e a Estratégia do Poder Judiciário.

A Estratégia do TRT6 é representada graficamente no Mapa Estratégico, evidenciando a Missão que define a razão de ser do Tribunal, a Visão que exprime o futuro desejado, como o Tribunal quer ser visto no futuro, e os Valores, princípios fundamentais da instituição, os padrões de comportamento desejado para todos que formam a instituição.

O TRT6 buscando a construção do futuro desejado definiu sua estratégia e priorizou as ações necessárias, definindo os Objetivos Estratégicos, os resultados que a organização pretende atingir. E ainda, as Metas Estratégicas que são os desafios da organização, que representam os resultados a serem alcançados para atingir os objetivos propostos, os Programas Estratégicos que são as iniciativas que auxiliam no alcance dos objetivos, e os Indicadores de Desempenho, como serão medidos e acompanhados o cumprimento dos objetivos estratégicos.

Em seguida, evidenciou a evolução que a implantação da nova metodologia de gerenciamento de projetos propiciou ao TRT6, em uma retrospectiva desde 2017 até o momento atual. Neste diapasão demonstrou o desempenho dos projetos estratégicos, se em 2017 55% dos projetos planejados foram concluídos, em 2018 o índice chegou aos 88% de projetos concluídos.

Neste panorama, o portfólio em 2019 demonstra uma precisão muito significativa no planejamento/execução dos Programas com 92% dos projetos em execução e 4 % já concluídos.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Dando continuidade ao acompanhamento do Planejamento Estratégico, ressaltou que o alcance dos Objetivos Estratégicos também é acompanhado pelo desempenho nas Metas Estratégicas e medido por meio dos Indicadores Estratégicos. O Planejamento Estratégico do TRT6 é acompanhado pelo desempenho de 17 indicadores, alinhados ao Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e a Estratégia do Poder Judiciário.

Em seguida, destacou que para o acompanhamento dos resultados, os indicadores são avaliados por faixa de cumprimento, considerando o “farol verde” para Meta cumprida, o “farol Amarelo” para cumprimento entre 90 e 100, o “farol laranja” para cumprimento entre 80 e 90, e o “farol vermelho” para cumprimento abaixo de 80 por cento.

Iniciou o acompanhamento dos resultados dos Indicadores Estratégicos a partir do Índice de Alcance das Metas (IAM), que avalia o grau de cumprimento das Metas da Justiça do Trabalho. A meta definida é atingir e manter a pontuação entre as faixas de 62 e 78 pontos, esclareceu que para o cálculo deste indicador é considerado o resultado de cada meta, atribuindo a pontuação pela faixa de cumprimento e pelo peso atribuído.

O TRT6, no primeiro semestre de 2019, obteve o resultado de 63 pontos, acima da meta de 62 pontos, indicando o seu cumprimento. No entanto, esta meta apenas é fechada ao final do exercício com o resultado final de todas as Metas da JT.

Referente aos indicadores de Governança (iGov – iGovTI – iGovPessoas), informou que são apurados utilizando-se os resultados do Levantamento de Governança realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). No entanto, foi informado, recentemente, pelo TCU que não será realizado o Levantamento este ano, apenas será realizado em 2020.

Assim, esta sendo avaliado pelo CSJT junto com os Tribunais, como será realizada a apuração este ano. A indicação, até o momento, é de repetir para 2019, o resultado do ciclo 2018. Caso essa linha seja seguida, o TRT6 ficara com os seguintes resultados em 2019.

Ressaltou que o nível da Capacidade de Governança é classificado em Inexpressivo (0% a 14,9%), Inicial (15% a 39,9%), Intermediário (40% a 69,9%) e Aprimorado (70% a 100%), conforme as faixas dos resultados obtidos.

Dessa forma, o iGov, com a meta definida para 2019 - Atingir o nível Intermediário, repetindo o resultado no Ciclo 2018 de 56% (Intermediário), a meta seria cumprida.

No iGovPessoas, a meta definida para 2019 - Atingir o nível Intermediário, repetindo o resultado no Ciclo 2018 de 53% (Intermediário), a meta seria cumprida.

Referente ao iGovTI, a meta definida para 2019 - Atingir o nível Aprimorado, repetindo o resultado no Ciclo 2018 de 72% (Aprimorado), a meta também seria cumprida.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

A Meta “Manter em 90% ou mais o índice de divulgação positiva na mídia”, é apurada pelo indicador Índice de Divulgação na Mídia (IDM). Em junho foi obtido o resultado de 94%, cumprindo a Meta estabelecida.

O Núcleo de Comunicação Social, responsável pelo monitoramento da Meta, apresentou o número de 1.752 divulgações de notícias do TRT6, até junho de 2019, destacando os principais assuntos das notícias este ano foram Clubes Futebol (dívidas trabalhistas), Programa Trabalho Infantil, Julgados TRT6, Programa Trabalho Seguro, Semana de Conciliação, Direitos do Trabalhador (entrevistas), Caso Magrão, Posse Novos Dirigentes, Medalhas TRT6 e Correição TST.

Em sequência, apresentou o gráfico representando o desempenho mensal do Tribunal na Meta, com resultado bastante positivo, sempre acima da meta. Em 2019, a Meta vem sendo cumprida, como também, nos exercícios referentes ao ciclo do Planejamento a Meta foi cumprida.

A Meta “Aumentar para 65% o índice de avaliações positivas do Clima Organizacional” é medida pelo indicador “Índice de Clima Organizacional – ICO”. Para apuração deste indicador foi definida a aplicação de Pesquisa de Clima Organizacional, tendo como Meta estabelecida para 2019 - Atingir o índice de 64% de satisfação na Pesquisa. Em 2018, foi obtido o resultado de 81,39% e atualmente a Pesquisa encontra-se na fase de consolidação das perguntas abertas para entrega do relatório, elaboração dos planos de ação e aplicação de nova pesquisa para este exercício.

Referente ao Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado, que tem como objetivo promover melhor aproveitamento do orçamento dos Tribunais Regionais, de modo a assegurar o planejamento adequado do gasto público foi informado que o índice é medido pela razão entre o valor liquidado e o valor total do orçamento disponibilizado.

No triênio 2011-2013, o TRT6 obteve a média de 61,93%, se enquadrando na faixa intermediária, tendo como meta para 2019 aumentar o índice de execução do orçamento disponibilizado em 8 pontos percentuais, ou seja, atingir o percentual de 69,93%. Até junho deste exercício, o Tribunal alcançou o índice de execução de 33,54%, com expectativa de cumprimento da Meta estabelecida.

A Meta “Alcançar 65% das metas instituídas no Plano de Logística Sustentável do TRT6” é medida pelo indicador Índice de Alcance das Metas Socioambientais (IAMS). Esta Meta encontra-se sem apuração em razão de, atualmente, o PLS do TRT6 encontrar-se em fase de revisão para elaboração do PLS para o exercício 2019-2020.

Dando continuidade, o Chefe da Seção de Acompanhamento e Controle Estatístico, Luiz Eduardo Moura de Oliveira, apresentou o desempenho do TRT6 referente às Metas do Planejamento Estratégico em 2019, relacionadas à atividade fim do Regional.

Destacou que o Planejamento Estratégico do TRT6 contempla 09 (nove) indicadores focados na atividade fim e acompanhados pelo Núcleo de Estatística e Pesquisa, são eles:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

IE - Índice de Execução, ICONc – Índice de Conciliação - Fase de Conhecimento, TMDP2 – Tempo Médio de Duração do Processo na 2ª Instância, TMDP1c – Tempo Médio de Duração do Processo na Fase de Conhecimento – 1º grau, IPJ – Índice de Processos Julgados, IPA – Índice de Processos Antigos, IACJ1 – Índice de Ações Coletivas Julgadas – 1º Grau, IACJ2 – Índice de Ações Coletivas Julgadas – 2º Grau e IRA – Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes.

Todos têm acompanhamento mensal e seus parâmetros são coletados no Sistema e-Gestão, com exceção do IRA que são extraídos pela STI, através de consultas nos bancos de dados dos Sistemas Sij e Pje. Esses dados são posteriormente inseridos no sistema de gerenciamento Sigest, do CSJT para acompanhamento do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho.

O IE- Índice de Execução, que busca aumentar a efetividade nos resultados da prestação jurisdicional dentro da perspectiva Sociedade do nosso Plano Estratégico, alcançou 95,6 pontos no período avaliado. O IE vem demonstrando evolução de desempenho do nosso Regional, onde obteve um índice crescente de 97,37%, 103,96%, 109,47% e 118%, nos 04 (quatro) primeiros anos do atual ciclo estratégico, de 2015 a 2018. Ressaltou, ainda, que este ano o indicador está abaixo da expectativa, indicando atenção no acompanhamento deste indicador. No contexto nacional, o TRT6 acompanha a média dos outros Regionais, indicando a faixa amarela do farol de desempenho.

O ICONc – Índice de Conciliação-Fase de Conhecimento que verifica a utilização da conciliação na resolução dos conflitos impactando em objetivo da atuação institucional dentro da perspectiva Processos Internos, obteve um índice de 42,50%, no período avaliado. Com isso, o desempenho do Tribunal está inferior à meta estabelecida para esse período que é de 48,69%, ou 45% se considerarmos a cláusula de barreira. Contudo, o Regional continua na faixa amarela do farol de desempenho, ficando dentro da média entre a maioria dos Regionais do país, sobretudo porque apenas 09 (nove) Regionais cumpriram totalmente a meta estabelecida nesse período.

O TMDP2 - Tempo Médio de Duração do Processo na 2ª Instância tem como objetivo fomentar a celeridade processual e qualidade da prestação jurisdicional dentro da perspectiva Processos Internos. No período de referência, esse indicador fechou em 91 dias de média, onde a meta prevista é de 81 dias. Contudo, o cumprimento da meta foi estabelecido pela cláusula de barreira, onde prevê como cumprido aqueles Regionais que contabilizaram um Tempo Médio inferior a 139 dias. Com isso, o TRT6 atingiu o farol verde de desempenho, mantendo até agora o desempenho positivo do exercício anterior.

O TMDP1 - Tempo Médio de Duração do Processo na 1ª Instância também tem o mesmo objetivo de fomentar a celeridade processual e qualidade da prestação jurisdicional dentro da perspectiva Processos Internos. Neste 1º semestre de 2019, esse indicador cravou 322 dias de média, onde a meta estabelecida é de 263 dias. Diferentemente do 2ª grau, onde a alteração dos parâmetros favoreceu o cumprimento da



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

meta, a dificuldade para alcançar o estabelecido para essa fase cognitiva é notória, tendo em vista que esse é o maior Tempo Médio já registrado pelo Regional durante todo o ciclo do atual Planejamento Estratégico. No contexto nacional, o TRT6 segue a tendência Nacional, onde apenas 06 (seis) estados da federação alcançaram a meta estipulada. A grande maioria se encontra na faixa vermelha do farol ou laranja.

O IPJ – Índice de Processos Julgados tem foco no tema Eficiência Operacional. Com o objetivo de fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional, esse indicador superou a meta prevista de 100%, alcançando o índice de 116,50%. Com esse resultado, o desempenho positivo do TRT6 é consolidado, observando um crescimento bastante considerável nos três últimos períodos avaliados. No panorama nacional, observando o cumprimento quase que total da meta estabelecida de julgar pelo menos 100% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período, onde apenas 02 estados da federação ainda não cumpriram integralmente a meta estabelecida.

O IPA – Com foco no tema Eficiência Operacional dentro do objetivo de fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional, observamos que, embora no exercício de 2018 tenha ficado há um ponto percentual da meta prevista de 90, essa meta foi alcançada nos 03 (três) primeiros anos do ciclo atual. Observa-se que no ano de 2017 a Meta foi superada por apenas 1,71 pontos, indicando, naquele momento, uma tendência de queda no julgamento do acervo dos processos mais antigos. Com o aumento do percentual para 92% o resultado de 82,20% pontos no 1º semestre de 2019, acaba por revelar a necessidade de ações concretas no sentido de colaborar para o cumprimento efetivo desta meta, sob a pena de termos mais um exercício sem o cumprimento da referida meta. No contexto nacional, embora o nosso regional apareça com farol verde, esse fato se dá em virtude da parametrização mensal no cumprimento estabelecido pelo CSJT e disponibilizado no mapa do sistema Sigest.

O Índice de Ações Coletivas Julgadas no 1º grau (IACJ1) visa acompanhar a Meta de julgamento de pelo menos 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016, nesta instância. No período avaliado, a execução de 96,7% alcançada, estando a 1,3 pontos percentuais do previsto. Das 28 ações que se encontravam pendentes no início desse exercício, foram julgadas 17, sendo 01 excluída do cálculo tendo em vista a condição de suspensão por depender do julgamento de outra causa, 02 ações foram incluídas na meta por saírem da situação de suspensão, restando apenas 12 ações pendentes de julgamento em 31/07/2019. No âmbito nacional verifica-se que a maioria dos regionais cumpriram integralmente a Meta estabelecida e os que não conseguiram ficaram com o farol de cumprimento na cor amarela, ou seja, entre 90% e 100%. Apenas 02 (dois) Regionais aparecem na faixa laranja de farol.

O Índice de Ações Coletivas Julgadas no 2º grau (IACJ2), também acompanha o desempenho da Meta que estabelece o julgamento de pelo menos 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 na instância revisora. Com o julgamento das únicas



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

04 (quatro) ações coletivas antes mesmo do início desse exercício, o TRT6 executou 100% dos 98% previstos na meta. Este indicador vem sendo cumprido pelo Regional deste o início do atual ciclo estratégico. No âmbito nacional, verifica-se que uma grande parte dos regionais cumpriu integralmente a meta estabelecida, embora percebamos que aumentou o quantitativo de regionais que não atingiram a meta estipulada.

O Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA) fechou o período avaliado com grau de cumprimento de 123 pontos, isso levando em consideração o somatório dos dois graus de jurisdição do TRT6. Esse indicador acompanha o desempenho da Meta que visa reduzir do acervo dos maiores litigantes na Justiça do trabalho no Estado de Pernambuco, tomando por base o saldo dos processos pendentes das 10 maiores empresas no polo passivo em 31/12/2018. Essa meta foi cumprida nos 03 (três) últimos anos.

Em seguida, foi apresentado o painel dos indicadores mostrando a evolução dos índices através da alternância das cores dos faróis. Em 2015, ano inicial do ciclo estratégico, observamos que apenas 05(cinco) indicadores dos 16 estabelecidos, estavam com farol na faixa verde. Já em 2016, a evolução da estratégia aponta para o cumprimento de 07(sete) metas com farol verde, 02(duas) com farol amarelo, 01 (uma) laranja, 02 (duas) com farol vermelho e 04(quatro) com farol cinza (sem apuração). Em 2017, verificamos o desempenho positivo do TRT quando observamos 10 (dez) faróis verdes, 02 (dois) amarelos, 02(dois) laranjas e 02 (dois) cinzas, sem nenhum indicador assinalado com farol vermelho. No ano de 2018, observamos uma queda de desempenho dos indicadores TMDPc1 e IPA que passaram do farol laranja e verde para vermelho e amarelo, respectivamente, quando comparados ao ano de 2017. No atual exercício, levando em consideração o 1º semestre, obtivemos 12 indiciadores no farol verde, 03 no farol amarelo, 01 no farol laranja e 01 no farol vermelho.

Outro indicativo de avanço no desempenho da estratégia é o próprio indicador sistêmico, IAM - Índice de Alcance das Metas, que saiu do farol vermelho em 2015 atingindo o farol verde em 2017 e permaneceu nesta faixa no fechamento do exercício de 2018 e até o 1º semestre de 2019.

Assunto:
**METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO
PARA 2019**

Responsável:
Luiz Eduardo Moura de Oliveira
Chefe da Seção de Acompanhamento
e Controle Estatístico

O Chefe da Seção de Acompanhamento e Controle Estatístico, Luiz Eduardo Oliveira, apresentou o acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário pelo OBSERVATÓRIO DO TRT6, utilizando-se da ferramenta Power Bi da Microsoft. Nesse painel foram demonstradas todas as Metas Gerais bem como as Específicas, com ênfase para a facilidade da utilização do painel pelo usuário que poderá mitigar os valores até ao nível



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

de unidade judicial do 1º grau, inclusive com a possibilidade de acesso ao acervo dos processos pendentes para cumprimento das Metas.

Finalizando a apresentação, divulgou o desempenho do TRT6 demonstrando o Painel das Metas, Gerais e Específicas, para o 1º semestre de 2019. No painel, a Meta 1 está com 116,5% de cumprimento, considerando os dois graus de jurisdição. O desempenho da Meta 02 ficou abaixo do esperado, com um percentual de 89,49%, também considerando ambas as instâncias. A Meta 3, que indica o percentual de conciliação no 1º grau, teve o seu indicador em 42,5%. A Meta 5, também referente ao 1º grau, ainda não foi cumprida e está em 95,6%. A Meta 6, que trata da solução das ações coletivas, foi cumprida apenas no 2º grau com percentual de 102,0%. Na 1ª Instância o percentual da Meta 6 está em 96,7%. A Meta 7, que trata dos maiores litigantes, está sendo cumprida com o percentual total de 123%.

Por fim, apresentou o desempenho das Metas Específicas, informando que a Meta referente ao TMDPc1 alcançou o resultado de 322 dias, assim, o TRT6 não atingiu o alvo de 263 dias esperado para o período, ficando o percentual de cumprimento em apenas 77,6%. Quanto à meta específica do 2º grau referente ao TMDP2, o TRT6 alcançou o resultado de 91 dias, e em virtude da cláusula de barreira estabelecida em 139 dias para o exercício de 2019, a Meta foi considerada cumprida.

Assunto:
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TIC

Responsável:
Alessandro Alcides de Souza
Chefe da Divisão de Gestão e
Governança de TI

O Chefe da Divisão de Gestão e Governança de TI, Alessandro Alcides de Souza, iniciou sua fala informando do resultado, divulgado pelo CNJ, alcançado pelo TRT6 no diagnóstico anual para aferição do nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento especificadas e, conseqüentemente, da evolução dos viabilizadores da Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário. Informou que o nosso Tribunal em comparação aos demais Tribunais do Poder Judiciário, se encontra em primeiro lugar dentro do estado de Pernambuco e segundo lugar dentre os Tribunais do país.

Em seguida, passou a apresentar os indicadores do PETIC apurados para o primeiro semestre de 2019. Iniciou pelo monitoramento do objetivo OE1 - "Primar pela satisfação do usuário de TI", que consta no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação, onde o ISUSS - Índice de Satisfação dos Usuários com a Sustentação de Sistemas teve 92,71%, superando a meta de 75% até o momento além do ISUISTI - Índice de Satisfação dos Usuários Internos com os Serviços de TI com 93,80, superando a meta de 82%.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Passando para o monitoramento dos Processos Internos, Alessandro apresentou o ICPCTI - Índice de Cumprimento do Plano de Comunicação da STI, que obteve resultado parcial de 74% até junho de 2019, um pouco abaixo da meta de 75% e continuou mostrando o IDSI - Índice de Divulgação em Segurança de Informação com resultado parcial de 40%. Esse último tem meta de 75% para o ano, que será facilmente atingido seguindo as ações que estão planejadas na Secretaria de Tecnologia da Informação.

Seguiu apresentando o IEPDTIC - Índice de Execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e comunicação que teve resultado parcial de 80% até junho. Para o IPPP - Índice de Precisão do Planejamento do Portfólio do PDTIC, foi alcançado um resultado parcial de 58,82% da meta de 70%. Explicou que neste indicador, o que impacta seu resultado é o número de demandas não planejadas que chegam à STI. Quando a área de Tecnologia vai tratar tais demandas, algumas vezes, não há como evitar impacto nas ações planejadas.

Além dos anteriores, outros resultados fortemente ligados ao principal sistema do Tribunal, o PJe, foram apresentados. São eles: Para o ISI - Índice de Soluções dos Incidentes do PJe, com valor parcial apurado de 89,28%, superando a meta de 78%; O IIPPJE - Índice de Indisponibilidade Programada do PJe com valor parcial em 2,19% onde o limite é de até 2,5%, valor da meta estabelecida para o indicador; O indicador IINPPJE - Índice de Indisponibilidade Não Programada do PJe ficou em 0,07%, também com resultado melhor do que a meta anual estabelecida de até 0,60% para 2019. Alessandro chamou atenção informando que para estes dois últimos indicadores, quanto menor o valor apurado melhor o resultado para o tribunal.

Continuou sua apresentação mostrando o resultado parcial dos indicadores que monitoram a execução das ações de capacitação do quadro de servidores da STI. O IEPAC - Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação teve seu resultado em 72% até junho. Graças a contratação de uma plataforma na modalidade EAD para impulsionar capacitações técnicas e gerenciais na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação o ICT - Índice de Capacitação Técnica e o ICG - Índice de Capacitação Gerencial, que conta o percentual de servidores técnicos e gerentes do quadro de TI, respectivamente, que atingiram no mínimo 40 horas de capacitação no período, obtiveram resultado de 70,49% e 56% respectivamente. O chefe da Divisão de Gestão e Governança de TI fez questão de agradecer a Escola Judicial pela contratação da plataforma EAD e apoio contínuo, na pessoa do Coordenador Geral da EJ, o Juiz Rodrigo Samico, que estava presente na reunião.

Em seguida, foram apresentados os quatro indicadores relacionados com a execução orçamentária da STI, quando se mostrou a seguinte situação parcial: IAOE - Índice de Ações Orçamentárias Efetivadas está com 22,72%, ILO - Índice de Liquidação Orçamentária teve resultado 26,74%, o IEO - Índice de Empenho Orçamentário, 70,06% e o IEEO - Índice de Eficiência na Execução Orçamentária, 38,17%. Alessandro destacou



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

que esses números tendem a melhorar no segundo semestre e que por experiência, a STI sempre tem um ótimo desempenho em sua execução orçamentária ao longo dos anos.

Também foi destacado que até junho foram entregues pela STI 21 projetos ou ações, além de 11.293 chamados atendidos pela equipe técnica. Ao final, Alessandro concluiu sua apresentação agradecendo a atenção de todos.

VALDIR JOSÉ SILVA DE CARVALHO
Desembargador Presidente do TRT da 6ª Região

Coordenação da Reunião

ELISABETE DUARTE DE SOUSA ALVES
Coordenadora de Gestão Estratégica